



PARECER AO VETO TOTAL APOSTO
AO PROJETO DE LEI Nº 46/2025

Autoria: Vereador Fabrício Lubrechet - membro da Comissão Permanente de Justiça, Legislação e Redação

Trata-se de veto total aposto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal no Projeto de Lei nº 46/2025, de autoria da Vereadora Mirelle Cristina de Araújo Bueno, que dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento para gestantes, cria o Cartão de Estacionamento Gestante no Município de Pirassununga e dá outras providências.

Como fundamento de sua prerrogativa, sustentou razões de ilegalidade, pois a prerrogativa de estabelecer vagas especiais de estacionamento em vias públicas é de competência do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), além de usurpação de competência federal da União para legislar sobre trânsito.

Eis o necessário.

MÉRITO

Após reunião desta Comissão, onde foram apreciados os fundamentos exarados pelo Executivo Municipal e posteriormente discutidos, existiu controvérsias acerca da manutenção ou derrubada do veto, razão pela qual ficou acordado que este Vereador subscritor apresentaria um parecer apartado.

De fato, razão assiste ao Executivo.

O PL 46/2025, embora louvável a disciplina, ingressa em âmbito de atribuição que foge à competência municipal legiferante, isso porque a matéria de trânsito, nos termos do art. 22, XI, da Constituição da República, compete privativamente à União, sendo assegurado aos Municípios legislar em questões de interesses predominantemente local, o que não é o caso dos autos.

Além disso, deve ser observada a Resolução CONTRAN nº 965, de 17 de maio de 2022, que regula as áreas de segurança e de estacionamentos, com as alterações estabelecidas pela Resolução CONTRAN nº 1.024, de 14 de outubro de 2024, devendo observar as normativas para emissão das credenciais de estacionamentos, sendo que uma delas é a comprovação de mobilidade reduzida, não albergando todas as pessoas de forma genérica.

Inegavelmente que as gestantes merecem o direito específico para estacionamento, contudo tal normativa deve ser prevista pela União e, após a previsão em lei federal o Município poderá regulamentar, dentro de seus limites de interesses predominantes locais.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico



Além do mais, ainda que o Município inovou em prever tal disciplina, concedeu de forma indiscriminada o direito a todas as gestantes e não somente àquelas que possuem mobilidade reduzida, uma vez que o direito de estacionamento especial é somente para pessoas com mobilidade reduzida.

Também, está latente o vício de iniciativa, pois a regulamentação de estacionamento de veículos em vias públicas é típico ato de polícia administrativa, devendo ter sido apresentado pelo Chefe do Poder Executivo.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, este Vereador entende pela **MANUTENÇÃO do veto total**, uma vez que existe vício de iniciativa, além de prever de forma irrestrita o direito a todas as gestantes e não somente àquelas que possuem mobilidade reduzida, mostrando em total desacordo com a Resolução CONTRAN nº 965, de 17 de maio de 2022.

Também, o Projeto tal qual está é apto a causar insegurança jurídica, uma vez que o Município não possui competência para legislar sobre trânsito.

Pirassununga, 19 de setembro de 2025.

Fabício Lubrechet
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico



DESPACHO DA SECRETARIA LEGISLATIVA

Este documento tramitou em conformidade com as diretrizes regimentais.

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Pirassununga. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=5Y63D7AD565Y592J>, ou vá até o site <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 5Y63-D7AD-565Y-592J